



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**27/01/2019**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CENTRO DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE FAMÍLIA.....	1 - 4
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DESEMBARGADOR.....	5 - 6
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	7 - 8
3.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	9
3.3. PRESIDÊNCIA.....	10
3.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	11

## **QUALIDADE DE VIDA**

### **Governo investe mais de R\$ 960 milhões em cidades do Plano Mais IDH**

O Plano Mais IDH é uma iniciativa do Governo do Maranhão que tem como objetivo retirar da extrema pobreza as 30 cidades de menores Índices de Desenvolvimento Humano do Estado. Desde 2015, o governo tem investido mais de R\$ 960 milhões nesses municípios. São ações que levam saúde, educação, moradia, infraestrutura, agricultura familiar e saneamento básico aos milhares de maranhenses que vivem nesses lugares.

“O governo Flávio Dino trabalha de forma integrada para levar mais justiça social, qualidade de vida e melhores oportunidades nos municípios do Plano Mais IDH, fazendo com que o desenvolvimento chegue a todas as regiões e aos que mais precisam”, destacou o secretário da Infraestrutura, Clayton Noleto.

#### **EDUCAÇÃO**

O programa Escola Digna, desde 2015, já construiu, reformou e/ou ampliou mais

de 800 prédios em todo o Maranhão. Nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, o governo está investindo na construção de 88 escolas de duas, quatro ou seis salas. Desses novos prédios, 41 já foram entregues e estão em funcionamento, outros 21 estão em andamento e mais 26 a iniciar. As obras substituem lugares de taipa e de barro onde eram administradas as aulas. As novas escolas possuem salas, cadeiras, lousas, pátio, cozinha industrial e banheiros adaptados.

“Com investimentos importantes no Plano Mais IDH, em quatro anos ele conseguiu assistir com condições básicas pessoas que há anos estavam no esquecimento. Nesse período, pudemos presenciar milhares de pessoas que pela primeira vez tiveram acesso à educação, saúde, saneamento, dentre tantas outras ações importantes que são executadas em diversos municípios mara-

## PRESTANDO CONTAS

# Defensor-geral do Estado faz balanço de seis meses de gestão

Diversas ações implementadas pela Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), no ano de 2018, resultaram em importantes avanços para a instituição. As melhorias na prestação de serviços à população foram alcançadas graças à adoção de diretrizes como a priorização da solução administrativa de conflitos, ao fortalecimento de atuações voltadas ao cidadão e às comunidades e à reestruturação institucional com foco na economicidade.

De acordo com o defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, que está há seis meses à frente da Defensoria maranhense, a proposta da Administração foi implementar uma gestão estratégica com práticas e objetivos que promovessem uma grande mudança na instituição, considerando a realidade da DPE e o cenário de crise no país. "Nos propomos a realizar uma reestruturação da Defensoria nos mais diversos âmbitos. Para isso, adotamos medidas simples e, ao mesmo tempo, ousadas que alcançaram um retorno considerável nesses primeiros meses de gestão", explicou.

### MAIS QUALIDADE NO ATENDIMENTO

Tendo como objetivo promover o acesso da população aos seus direitos de forma mais

célere e mais resolutiva, a gestão priorizou ações e objetivos voltados ao fomento da solução administrativa de conflitos.

Logo nos primeiros meses da nova gestão, foi instalado um Núcleo de Conciliação em sua sede para fomentar a composição de acordos extrajudiciais. Além disso, foi assinado o Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), para possibilitar a realização de pautas específicas de audiências de conciliação e mediação pré-processuais na área de família, com imediata formulação de pedido judicial. A iniciativa faz parte do projeto Conciliar: rapidez e eficiência no acesso à justiça. Em São Luís, de outubro a dezembro foram resolvidos 135 casos, o que representa uma solução de quase 90% dos conflitos de forma extrajudicial.

Com a realização do treinamento do Sistema Cartórios Maranhão, também foi possível capacitar defensores públicos e servidores para o adequado uso da ferramenta eletrônica de envio e recebimento de segundas-vias e de certidões, facilitando o atendimento dos assistidos, que não precisarão mais se deslocar até os cartórios em busca de documentos.

A realização de importantes projetos também contribuiu para a apresentação de soluções mais céleres às demandas

da população. Um deles foi o projeto "Pais e Filhos – reconhecer é um ato de amor", que possibilitou 82 reconhecimentos espontâneos de paternidade em escolas públicas da capital.

Além dessa iniciativa, a Administração retomou parceria com a Fiema e o SESI/MA para executar o projeto "Ser pai é legal – versão 2018", que possibilitará a oferta de 180 exames de DNA gratuitos para o reconhecimento voluntário de paternidade, evitando assim a judicialização da demanda. Em virtude da parceria, a instituição economizou o valor de R\$ 96 mil reais, que já estavam destinados no orçamento para o pagamento de exames de DNA.

Para oferecer um melhor atendimento às pessoas, a gestão buscou também a modernização dos sistemas eletrônicos. Com a implantação do SGA e readequações acerca do horário de iniciar os atendimentos, em julho de 2018, foi registrada uma redução de 62% na fila de espera. Com isso, o tempo compreendido entre a chegada do assistido na Defensoria e a conclusão do seu atendimento passou de 2h40 para 1h30 no primeiro mês de operação do sistema. Além disso, a ferramenta também possibilitou o acompanhamento setorizado do atendimento da pessoa assistida, monitorar o tempo e os números de atendimentos

de cada setor.

Ainda nessa seara, a Defensoria também realizou a campanha digital de conscientização sobre o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), contribuindo para a maior visibilidade do benefício garantido por lei para custear deslocamento, hospedagem e alimentação do paciente e, em alguns casos, do acompanhante.

### DPE MAIS PRÓXIMA DO CIDADÃO

Para garantir uma maior proximidade com o cidadão, também foram promovidas ações sociais em 19 comunidades em seis meses de gestão, por meio do projeto Defensoria na comunidade. Desse total, quatro comunidades estavam localizadas no interior do estado: Açailândia, São Francisco do Brejão, Davinópolis e Imperatriz. Foi a primeira vez que o ônibus-escritório da Defensoria deixou a capital e atravessou o Maranhão para atender municípios que não integram a região metropolitana.

Além de levar atendimento às comunidades, por meio do ônibus-escritório, a gestão lançou o Defensoria na escola para promover a educação em direitos com a realização de palestras e reuniões. No total, oito instituições de ensino foram beneficiadas. Com esse mesmo foco de conscientizar o cidadão sobre seus direitos,

criou o quadro Fala Defensor, na Rádio Mirante, que leva um defensor a cada 15 dias para esclarecer sobre áreas de atuação da Defensoria.

#### **ECONOMICIDADE**

A Defensoria atua em apenas 30% das comarcas do Estado, por isso, faz-se necessário a implementação de medidas que visem sua expansão de forma menos onerosa aos cofres públicos. Dentre as ações, está o projeto de construção de núcleos regionais em contêineres com energia proveniente de placas solares, que apresentam vantagens como economia de recursos naturais e agilidade da construção, durabilidade e baixo custo de manutenção, bem como o melhor aproveitamento do espaço físico e o reuso da água.

Também para garantir a economia de recursos, foi idealizado o projeto Consumo Consciente, que estimula a adoção de práticas sustentáveis e voltadas a reduzir os gastos. No primeiro mês da campanha,

foi registrada uma redução de 11,9%, equivalente a R\$ 8.268,14, nos custos referentes ao consumo de água, energia elétrica, ligações telefônicas, serviços de Correios e material de expediente, incluindo Papel A4 e copos descartáveis de água e café.

Ainda visando a economicidade, a instituição também foi a pioneira no estado a contratar, por meio de licitação, sistema de transporte individual de passageiro acionado por aplicativo, para atender às necessidades de deslocamento de defensores públicos e servidores, principalmente, no período da noite, durante a vigência dos plantões.

#### **AUMENTO DA ARRECADAÇÃO**

Para viabilizar as diversas mudanças que estão sendo implementadas, a Administração também se preocupou em buscar novas receitas. Com a articulação junto ao Legislativo, cerca de R\$ 2,3 mi foram destinados à DPE/MA, por meio de emendas parlamentares

asseguradas por deputados estaduais e federais, além de um senador da bancada maranhense no Congresso Nacional.

Importantes convênios com instituições como o Ministério dos Direitos Humanos e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) também garantiram o reforço da atuação em áreas específicas. Somente em 2018, foram conseguidos recursos na ordem de R\$ 1,4 mi para investimento nos núcleos de defesa da Mulher e População LGBT, de Execução Penal e da Criança e do Adolescente.

#### **MELHORIAS ESTRUTURAIS**

Encontra-se em andamento a alteração dos atuais sistemas de atendimento (SAGAP e SIAPD), que utiliza recursos de integração com sistemas judiciais eletrônicos.

Além disso, buscou-se uma nova funcionalidade para o acompanhamento dos núcleos regionais. Agora, com o sistema SAN, é possível fazer o

encaminhamento de demandas nos núcleos regionais diretamente ao setor competente, na sede, contribuindo assim para o mapeamento e controle das solicitações feita por cada unidade da Defensoria.



***Defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos***

## BANDA SAMBORES

Sexta-Feira, 18,1, o Rio Poty Hotel, foi palco dos maiores talentos da nossa cultura, com a Banda Sambores (MA), apresentando o Show da Maranhensidade, com suas Marchinhas Carnavalescas e Músicas irreverentes, com a presença do nosso compositor Eulalio Figueiredo, que esteve presente e cantou algumas canções de sua autoria. Esse foi um dos esquentas que a banda fez, aonde estão confirmados no Fofa Fest In Rio, no Rubaiyt, Jockey Clube, na segunda-feira de carnaval, 4 de março, no Rio de Janeiro. Venha cair na folia conosco. Informações: (98) 98114-1733 ou (21) 9 8013-1808



*Banda Sambores*



*A família Fofa Fest e Banda Sambores*



*DeSEMBARGADOR  
José Bernades Silva Rodrigues,  
com Fofa e Teresinha Rodrigues*

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



### Muros do medo

Durante uma entrevista coletiva com jornalistas o Papa Francisco foi questionado por um repórter sobre a construção do muro fronteiriço que Donald Trump insiste em construir entre os Estados Unidos e o México, para travar a entrada de imigrantes. “O muro entra no mar, para que ninguém consiga passar nem a nado”, comentou o jornalista. O Papa respondeu: “É o medo que enlouquece. São os muros do medo”. O Sumo Pontífice – que já tinha visto o projeto do muro que ia até o oceano logo depois acrescentou: “A marca mais vendida atualmente em nosso mundo é, de fato, o medo. Ele recebe audiência. Recebe votos. Gera cliques”. O Papa Francisco sempre defendeu “construir pontes e não muros” e já afirmou inúmeras vezes que não é cristão quem constrói barreiras para dividir os povos. “Construtores de muros semeiam o medo e procuram dividir e restringir as pessoas”, assinalou o primeiro Papa oriundo da América Latina e filho de imigrantes italianos, que tem colocado as questões relacionadas com os imigrantes e com os refugiados entre os temas centrais do seu pontificado, se posicionado contra as “barreiras de separação” que proliferam no mundo, caracterizando uma brutal arquitetura da vergonha.

Em geral, os Papas relutam a se pronunciar sobre disputas políticas externas, mas Francisco não é apenas mais um. Ele tem afeição pelos imigrantes. A sua primeira viagem como Papa teve como destino a ilha no sul da Itália chamada Lampedusa, onde o religioso lançou uma coroa de flores no mar para celebrar as 20 mil pessoas que, acredita-se, morreram na tentativa de fazer a travessia do norte da África para a Europa durante as duas últimas décadas. Na ocasião, ele falou sobre aquilo que chamou de “globalização da indiferença”.

Desde o início do seu pontificado, Francisco vem sendo um Papa do evangelho social, tornando equivalentes prioridades como a diminuição da pobreza, a resolução de conflitos, o tráfico humano, bem como os direitos dos imigrantes. O seu objetivo parece expandir a noção do que vale como uma questão “pró-vida”, ou seja, uma questão em que a dignidade humana está em jogo e onde a Igreja se obriga a responder. Seu gesto simboliza um grande exemplo para a humanidade, pois mais de um quarto de século depois da queda do Muro de Berlim – símbolo da Guerra Fria – ainda persiste, espalhada pelo mundo, uma série de fronteiras muradas construídas para separar povos.

Enquanto isso, na contramão da história, os apologistas do neoliberalismo não se cansam de glorificar os méritos da globalização com um discurso maniqueísta e perverso amplificado pelo sistema midiático, que constrói permanentemente a política do medo, efetuando associações diretas entre a figura do imigrante e do refugiado à violência e ao terror.

Frustrando as esperanças de um mundo sem as sequelas da segregação, o Velho Continente parece mais decidido do que nunca a blindar seu território soberano. Baseando-se em estereótipos discriminatórios e tendenciosos, os países europeus estabelecem marcadores geográficos para repelir os indesejáveis, construindo muros que crescem por todo lado, formando uma imensa barreira. São muros de pedra, arame farpado, concreto. Muros por terra, mar e ar. Muros do medo, que nem sequer se veem, mas se fazem notar. A obsessão da Europa em se fortalecer e evitar a chegada massiva de imigrantes se materializa na construção de cerca de 1.000 quilômetros de barreiras físicas e virtuais, fomentando-se as bases da “Europa Fortaleza”, que passou da posse de dois muros na década de 1990 para uma quinzena deles na escalada da estratégia de blindagem do continente. Nos últimos três anos, foram erguidas sete novas barreiras. Quase a metade dos 28 estados-membros da União Europeia reforçaram suas delimitações territoriais: Espanha, Grécia, Hungria, Bulgária, Áustria, Eslovênia, Reino Unido, Letônia, Estônia e Lituânia.

A essa lista se soma a Noruega, fora da organização comunitária, mas membro do espaço Schengen. Na bancada, destacam-se ainda a Espanha e a Hungria, que levantaram muros para controlar migrações, assim como a Áustria e o Reino Unido, que delimitaram o espaço em suas fronteiras compartilhadas com países do espaço Schengen. A Eslováquia também optou por esta medida, no seu caso com fins de segregação racial.

No contexto dessa exuberância defensiva devem ser contabilizadas também as barreiras marítimas, especialmente no Mediterrâneo. E para culminar a contagem da logística ultraprotetora, temos os muros mentais, aqueles que não podem ser apreciados, mas vão silenciando o imaginário coletivo nas costas da narrativa do medo difundidas pelos partidos de extrema direita.

Formações políticas em ascensão apontam os imigrantes como ameaças potenciais para o equilíbrio e o bem-estar futuro das sociedades nativas. Já são dez os Estados da União Europeia que têm partidos xenófobos com presença representativa no panorama político local, o que lhes garantiu no mínimo meio milhão de votos em pleitos eleitorais nos últimos oito anos.

Na sequência desta tendência, justifica-se a aparição de programas de restrição da circulação de pessoas e daqueles que se centram no recolhimento de dados biométricos. Informação que engrossa as bases de dados do EURODAC (o centro europeu de controle de impressões digitais para identificar os solicitantes de abrigo e os imigrantes irregulares), e que é utilizada no estabelecimento de pautas e padrões dos movimentos de pessoas.

Aumentam as suspeitas sobre o recém-chegado, o desconhecido, que neste cenário passa a se converter em uma ameaça, legitimando-se, assim, uma série de obstáculos sociais, políticos e físicos acoplados a uma engrenagem de políticas xenófobas, que consolidam problemas estruturais de violência global e desigualdade econômica.

Manipula-se a opinião pública para criar temor e receios irracionais em relação às pessoas refugiadas e se estabelecem, assim, muros mentais nas pessoas que, mais adiante, exigirão a construção de muros físicos.

## **RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS**

A BRK Ambiental informa que como metodologia participa de campanhas de renegociações em parceria com órgãos de relações de consumo como o Procon e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC. As duas campanhas aconteceram ao longo do ano passado e já tem suas edições confirmadas para esse ano de 2019. Além disso, a concessionária mantém propostas de renegociação diferenciadas, para o cliente que quiser quitar seus débitos, em uma de suas lojas de atendimento presencial, através do email [faleconoscoma@bkambiental.com.br](mailto:faleconoscoma@bkambiental.com.br), ou na Van de Atendimento Móvel BRK, que roda os bairros dos dois municípios em que atua.

---

## Francisco Xavier de Sousa Filho

\*Escritor, advogado (OAB-MA 3080A e OAB-CE 4399), jornalista (MTE 0981) e titular do Blog do Dr. X & Justiça



### A impunidade nos ilícitos processuais (Parte 16) **AS IMPUNIDADES NOS ROUBOS EM PROCESSOS**

*Em breve lançamento do livro: Os Ilícitos em afronta às leis*

“Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus” (Mateus 5:10). Nos estelionatos, furtos, roubos, assaltos, homicídios, latrocínios e outros crimes, os homens são condenados. Com o porte de arma, o assalto e latrocínio, o CPB ordena a punição pela formação de quadrilha. Porte ilegal de arma, latrocínio, além da ameaça de morte, só pelo porte ilegal de arma é tortura de mais sofrimento com o assalto e morte do ente querido do que o assédio sexual e estupro. É o que a imprensa e os políticos têm denunciado; afirmam de aprovação mais severa e rígida na punição dos delitos. Inclusive, com a extinção da anistia, da pena e outros privilégios, com até extinção da progressão também da pena.

Passado para os crimes nos Juízos trabalhistas, civis, do consumidor, fazendas e outras áreas de direito, as roubafeiras acontecem até com mais gravidade, por decisões judiciais de erros crassos, néscios, ilícitos e inconstitucionais, sem haver punição alguma. O magistrado (a) não detém poder pessoal de decidir como queira, menosprezando os direitos dos cidadãos, como sempre acontece nos juízos e nos tribunais. Não é aceitável que seja a coisa julgada jogada no lixo, como no arbitramento dos honorários de R\$ 5.000,00, enquanto a lei manda arbitrar em 10% (dez por cento) até 20%, causando prejuízo ao advogado em mais de R\$ 500.000,00. O que deveria e deve ser responsabilizado cível e penalmente.

É de igual modo o desfazimento de uma coisa julgada em que houve o arbitramento da verba profissional. É obrigatoriamente a cobrança por execução da verba, por força do EOAB e CPC. É outro crime cometido no judiciário sem haver punição alguma para os magistrados (as) do juízo até os tribunais superiores. O mais vergonhoso é se deparar com o descumprimento da coisa julgada nos cálculos efetivados, quando o calculista fez seus cálculos ao seu modo e prazer, para prestigiar os poderosos, banqueiros, empresários e políticos. O pior. Houve homologação dos cálculos ilícitos pelo juízo que os tribunais acolheram a ilicitude. Mais uma vez estamos denunciando a criminalidade por decisões ilícitas no judiciário, que os advogados se calam e ficam submissos às falsas autoridades. Por isso, tenho o entendimento que o magistrado (a) não é o verdadeiro dono do processo, mas para o devido cumprimento da lei, no respeito às normas constitucionais e legais. Não podemos, de maneira alguma, acolher as trapaças, os trambiques e as roubafeiras existentes nos processos, sem nenhuma punição. No CPB, a punição tipificada neste Código Penal, o que no processo tem a igual tipificação para as penalidades nos crimes cometidos no processo. Não podemos acatar também que os empregadores e réus roubem o dinheiro dos empregados e autores das ações pelas lesões de direito. Olha só, senhores e senhoras, o não pagamento de dívidas das condenações que se utilizam nos cálculos de padrão monetário, que não reflita as perdas da inflação no tempo, contraria já decisões de tribunais superiores, como no TST e Suprema Corte.

Não sabemos o interesse do judiciário em proteger a poderosos. Não podemos também deixar de reclamar que os juros dos tribunais são geralmente aplicados em 1% (um por cento). Só que decorridos os cinco (5) anos na morosidade da justiça, os juros são calculados periodicamente, desfazendo a obrigação de se calcular mensalmente. São roubos a favor dos devedores, que

ninguém é punido.

Com relação aos danos morais, os tribunais já decidiram dando interpretação aberrativa, vergonhosa e de nenhuma interpretação jurídica do português escoreito. Empregam o termo aborrecimento como se tivesse acima do constrangimento, sofrimento, vergonha e humilhação sofrida pela pessoa atingida pelos danos morais. É vergonhoso que isso aconteça logo no judiciário, em servir e proteger a poderosos, como se o magistrado (a) fosse deus de emprego da sua lei pessoal, cujo nenhum (a) julgador (a) detém o poder pessoal de jogar no lixo a norma constitucional e legal.

De grande repercussão às críticas jurídicas, temos que a reforma no tribunal ao recurso a revelia sentencial, ao ser resumida, recebeu o apelo como agravo, numa fundamentação aberrativa, ilícita e inconstitucional, no poder jurisdicional arbitrado. Mas só para o advogado não receber os honorários. É o crime do julgamento ao merecer a punição de julgador (a) irresponsável. Além da ação popular não ser ordenada apuração dos roubos nos serviços públicos, como se propôs mais de 40 ações populares, com juízos e tribunais menosprezando a roubafeiras nos bancos estatais, que nenhuma punição se efetiva, ao não ordenarem a apuração das corrupções e roubafeiras provadas. O Foro Privilegiado por seu lado já devia ter sido extinto por ser inconstitucional, quando presidente, deputado, senador e qualquer autoridade são submissos ao poder do povo, que pagam os seus salários e mordomias.

Assim temos que lutar para que chegue ao Brasil o Tribunal do Povo, com eleição por oito anos e reeleição de magistrado (a), podendo o povo expulsá-los se for de julgamentos a favor de poderosos ou não saiba aplicar corretamente as leis. Não é justiça lídima, nem digna, nem honesta, nem honrada, pois o processo tem duração de oito, dez ou mais anos, sem que o empregador ou o réu, que pratica atos ilícitos, na lesão de direito, e fiquem impunes, mormente sem receber a condenação em litigância de má fé em 20%, a multa de 50% de acordo com o artigo 467 CLT e multa diária, para que a justiça seja ágil e célere, como ordena as leis. É a bandidagem no processo, que o recurso torna-se inexistente, exigindo-se o pagamento das custas e despesas pela parte trapaceira, como na responsabilização do magistrado (a) e do membro do MP e servidor que praticam ilícitos no processo. Os trambiqueiros do processo devem ser condenados nos danos morais pelos ilícitos cometidos, com a intenção de roubar o dinheiro do autor da ação. No mais, daí o nosso Deus, onipresente, onipotente e onisciente, já ter ordenado a punição pecuniária, conforme a sua lei maior: “Mas Zaquê levantou-se e disse ao Senhor: Olha Senhor! Estou dando a metade dos meus bens aos pobres; e se de alguém extorqui alguma coisa, devolvarei quatro vezes mais”. (Lucas 19:8).

É bom ainda divulgar que o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, presidente do TJMA, em entrevista ao jornal Bom Dia Mirante, em 23/01/2019, disse concordar com a punição de magistrados (as) pelo cometimento de ilícitos na função jurisdicional, inclusive com a perda do privilégio da aposentadoria vergonhosa, no seu afastamento por ilicitudes, que o nosso Senhor determina de modo incontestável “Pois quem faz injustiça receberá de volta a injustiça que fez; e nisso não há aceção de pessoas” (Colossenses 3:25).

## Mistérios

- Quem foi a servidora do judiciário que chegou em casa ‘tochada’, colocou um ovo pra fritar, dormiu no sofá, a frigideira ‘incendiou’, o filho apagou o fogo, e, no dia seguinte, ao ver ‘tudo preto’ na cozinha, ainda quis culpar o ‘coitado’???!!!